

## Lex

BALANÇO AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

# Apoio jurídico a empresas regista crescimento, mesmo com conjuntura adversa

**Advogados que dão apoio jurídico às empresas fazem balanço positivo do primeiro semestre, apesar do contexto económico adverso, devido à guerra na Ucrânia, aos custos da energia e à inflação.**

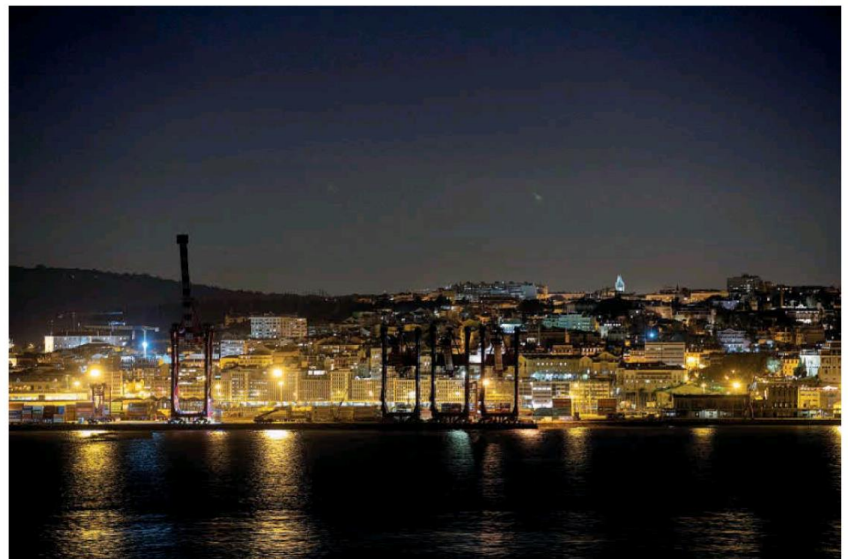
JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

**D**epois de dois anos marcados por paragens na atividade económica devido à pandemia, só faltava uma guerra na Europa, a disrupção nos preços da energia e uma inflação em alta. Mesmo com esta conjuntura adversa, os advogados que dão apoio jurídico às empresas fazem um balanço positivo da sua atividade primeiro semestre de 2022. Ao Negócios, falam de um setor “resiliente” e que registou um crescimento nos primeiros seis meses do ano.

“O mercado dos serviços jurídicos é bastante resiliente, precisamente porque a assessoria jurídica é tão necessária em momentos de crise como de crescimento. Basta referir, a título de exemplo, que as sociedades de advogados de referência em Portugal reagiram muitíssimo bem aos anos de pandemia, tendo mesmo algumas delas apresentado níveis de crescimento muito significativos”, enfatiza João Saúde, sócio da Sérvulo & Associados.

Aliás, tal como Rita Maltez, sócia da Pares, tendo em conta a conjuntura, “apesar da incerteza que uma guerra na Europa provoca, o balanço da primeira metade do ano é muito positivo em todas as áreas de atividade” da assessoria jurídica, com particular destaque para as fusões e aquisições, imobiliário, planeamento e urbanismo ou contratação pública”. Para a mesma advogada, “este crescimento resulta de uma retoma da atividade económica relativamente aos períodos anteriores, com sucessivos ‘lockdowns’ provocados pela pandemia”.



Preços da energia têm contribuído para fazer disparar a inflação, ajudando a criar uma conjuntura económica adversa

Uma opinião que é partilhada por Duarte de Athayde, chairman da Abreu Advogados, “as empresas têm procurado assessoria jurídica para mitigar riscos, antecipar

desafios e definir estratégias de prevenção contra eventuais disrupções”. Nesse sentido, insiste, “houve até um crescimento da procura de serviços jurídicos nesta primeira metade do ano”. Com particularidade para áreas como a energia, M&A, financeiro, trabalho ou Imobiliário, que “têm mantido uma dinâmica relevante ao longo dos últimos seis meses”.

Jorge de Brito Pereira, sócio da J+Legal, destaca ainda, além das áreas já referidas, as de litigância e de fiscal, “que tiveram um semestre excelente”. Embora admita que os tempos que vivemos “são de facto complicados e conturbados”, “essa complexidade não se tem feito sentir de modo marcado na prá-

tica da advocacia. O que ocorre é que o mercado muda, as geografias investidoras mudam e, nessa medida, temos de nos adaptar às novas dinâmicas”.

## Investimento estrangeiro

Outro dos aspetos em equação é apontado por Fernando Antas da Cunha, managing partner da Antas da Cunha Eclija, quando refere que, até agora, a sua sociedade continua a “registar um aumento da procura do investimento estrangeiro em Portugal, e consequentemente, das atividades que são prosseguidas pelos clientes”. Outros dos pontos que realça é o facto de se verificar “uma procura cada vez maior pela mão de obra



**Complexidade [conjuntural] não se tem feito sentir de modo marcado na prática da advocacia.**

**JORGE DE BRITO PEREIRA**  
Sócio da J+Legal

Marilene Alves

# PRR deixa antever segundo semestre com nota positiva

qualificada em Portugal”, com a “instalação de várias subsidiárias de multinacionais e uma clara falta de oferta face à procura”.

Bruno Ferreira, líder da PLMJ, evidencia, aliás, que “o contexto atual não adiou, para já, projetos de investimento nem tirou gás aos setores que acompanhamos mais de perto”. Ainda assim, frisa, “nota-se pontualmente alguma hesitação em novos investimentos, em particular em operações à escala global”.

Num contexto de inflação, o mesmo advogado admite que o desafio seja grande para todos os setores. “Vimos de um contexto pré-inflação, onde existe uma pressão para baixar custos do lado dos clientes, o que obriga os grandes escritórios a investirem muito em eficiência e a repensarem os seus modelos de ‘pricing’ [honorários praticados]”.

A atual conjuntura tem, naturalmente, reflexos no mercado da assessoria jurídica, tal como evidencia Rita Leandro Vasconcelos, advogada da sociedade Cruz Vilaça. No caso do conflito na Ucrânia, evidencia, “há uma influência indireta, pois a guerra afeta os planos dos clientes dos escritórios de advogados em investir, pelo menos numa fase inicial, em que é preciso tentar medir as consequências de longo prazo”.

Mas há também uma influência direta, positiva, diz a mesma advogada, que pode até significar um aumento do trabalho, com a assessoria “a empresas e cidadãos ucranianos que pretendem estabelecer-se em Portugal” ou a empresas “eventualmente afetadas pelas sanções impostas à Rússia”. ■

Depois manter o crescimento mesmo com a conjuntura adversa que se vive durante o primeiro semestre de 2022, o que é possível esperar relativamente à evolução do mercado da assessoria jurídica na segunda metade do ano? Para os advogados ouvidos pelo Negócios, as expectativas são positivas e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é uma das razões.

João Saúde, sócio da Sérvulo, admite que o contexto negativo “é contrabalançado pelas oportunidades que o PRR proporciona, através da implementação de um conjunto de reformas e da valorização de investi-

mentos em setores estratégicos para Portugal”. Está neste caso, por exemplo, a energia, através da exploração do hidrogénio e a continuada aposta nas renováveis.

“As sociedades de advogados continuarão a ter um papel ativo para apoiar os seus clientes nos desafios impostos pela atual conjuntura, e acreditamos que a tendência de procura crescente registada no início do ano possa manter-se ao longo destes próximos seis meses, impulsionada por vários temas que continuarão a ganhar relevância neste semestre”, explica Duarte de Athayde, sócio da Abreu Advogados. Entre esses temas, o advo-

gado destaca, também ele, “o acompanhamento jurídico das empresas no âmbito da execução do PRR”.

De resto, essa é igualmente a perspetiva de Paulo de Almeida Sande, da Cruz Vilaça Advogados. Há a expectativa de que “as empresas se adequem rapidamente a esta conjuntura e que a execução do PRR tenha um impacto positivo”, o que “também influencia positivamente a assessoria jurídica”.

A expectativa é, assim, “que o segundo semestre seja pelo menos tão positivo como o primeiro semestre e, se possível, que seja melhor”, afirma Jorge de

Brito Pereira, advogado da J+Legal. Há aliás “bons sinais de que isso acontecerá pelo pipeline de trabalho que já está em curso”.

Já Bruno Ferreira, sócio da PLMJ, entende que “o setor jurídico, e isto é sobretudo verdade para os grandes escritórios, é muito resiliente porque funciona quer em contextos pró-cíclicos quer no seu contrário”.

Segundo adianta, “temas como a transição energética, transformação digital, reestruturação quer financeira, quer do ponto de vista dos novos modelos de trabalho, tudo isso está a avançar, mesmo com este contexto mais nebuloso”. ■



**As sociedades de advogados continuarão a ter um papel ativo para apoiar os clientes nos desafios impostos pela atual conjuntura.**



**DUARTE DE ATHAYDE**  
Sócio e chairman da Abreu Advogados



**O setor jurídico – sobretudo os grandes escritórios – é muito resiliente [...] funciona quer em contextos pró-cíclicos quer no seu contrário.**



**BRUNO FERREIRA**  
Sócio e managing partner da PLMJ



**Espero não estar enganado ao afirmar que o segundo semestre será muito semelhante ao primeiro. A grande será o ano de 2023.**



**FERNANDO A. DA CUNHA**  
Sócio e managing partner da Antas da Cunha-Ecija



**O contexto negativo é contrabalançado pelas oportunidades que o Plano de Recuperação e Resiliência proporciona.**



**JOÃO SAÚDE**  
Advogado e sócio da Sérvulo & Associados